

# SAÚDE MENTAL DO ASSISTENTE SOCIAL: AVANÇOS E RETROCESSOS 60 ANOS APÓS O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Francielma do Socorro de Souza Braga<sup>1</sup>  
Beatriz Elena Barud Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O Serviço Social brasileiro se aproxima do seu primeiro centenário de reconhecimento enquanto atividade laboral e neste período, passou por significativas transformações em busca de uma identidade própria que refletisse o compromisso da categoria com a defesa de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O Movimento de Reconceituação com a Constituição Federal de 1988, marcou o rompimento da categoria com as práticas conservadoras que faziam da profissão um instrumento de controle social. Este trabalho de natureza bibliográfica, constitui o primeiro resultado de um projeto de iniciação científica em desenvolvimento. O objetivo central foi analisar aspectos da literatura sobre a saúde mental do assistente social, delineando um panorama teórico que servirá de referência para as etapas subsequentes da investigação. Os desafios enfrentados pelos profissionais, antes interpretados como apenas verbalizações de insatisfação diante da precariedade das condições de trabalho, nos últimos anos têm se expressado sob a forma de doenças físicas e mentais que atingem parcela considerável da categoria. Sendo assim, a pesquisa se faz relevante diante dos números recentes que evidenciam o crescimento expressivo de afastamentos por motivos relacionados à saúde mental entre assistentes sociais. A sistematização dos achados bibliográficos contribui para fundamentar futuras análises e intervenções, reforçando a importância da discussão científica sobre o impacto das condições de trabalho e das políticas públicas na saúde mental desses profissionais.

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Serviço Social. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

Brazilian Social Work is approaching its first centenary of recognition as a professional activity, and during this period it has undergone significant transformations in search of its own identity that reflects the category's commitment to defending rights and building a more just and egalitarian society. The Reconceptualization Movement with the 1988 Federal Constitution marked the category's break with conservative practices that made the profession an instrument of social control. This bibliographical work constitutes the first result of an ongoing scientific initiation project. The central objective was to analyze aspects of the literature on the mental health of social workers, outlining a theoretical panorama that will serve as a reference for the subsequent stages of the investigation. The challenges faced by professionals, previously interpreted as merely verbalizations of dissatisfaction with precarious working conditions, have in recent years manifested themselves in the form of physical and mental illnesses affecting a considerable portion of the category. Therefore, this research is relevant given the recent figures that show a significant increase in absences due to mental health issues among social workers. The systematization of bibliographic findings contributes to providing a foundation for future analyses and interventions, reinforcing the importance of scientific discussion about the impact of working conditions and public policies on the mental health of these professionals.

**Keywords:** Mental Health. Social Work. Public Policies.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Serviço Social, participante do Projeto Institucional de Iniciação Científica (PIIC) - Centro Universitário Cidade Verde. E-mail <franielmassbraga@gmail.com>.

<sup>2</sup>Mestre e Doutora em Ciências Sociais. Professora do Centro de Cidadania e Ação Social (CCAS/UniCV). Pesquisadora do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+ / UEM) e do Núcleo de Pesquisa em Participação Social (Nuppol/UEM). E-mail <prof\_beatrizsilva@unicv.edu.br>.

## **1. INTRODUÇÃO**

A saúde mental dos assistentes sociais tem se configurado como uma questão cada vez mais relevante no contexto contemporâneo, especialmente diante das transformações nas políticas públicas, da intensificação das demandas profissionais e da precarização das condições de trabalho. Inseridos em espaços marcados por desigualdades sociais e pela insuficiência de recursos institucionais, esses profissionais vivenciam cotidianamente situações de tensão, sobrecarga e desgaste emocional.

Historicamente, o Serviço Social brasileiro passou por profundas transformações, especialmente a partir do Movimento de Reconceituação, que redefiniu o papel da profissão em direção a um compromisso ético-político com a defesa de direitos. No entanto, as contradições entre esse projeto profissional e as condições concretas de trabalho impostas pelo Estado e pelas políticas públicas têm produzido impactos significativos sobre a saúde mental da categoria.

Nesse sentido, o presente artigo coloca como problema de investigação compreender de que maneira as transformações no mundo do trabalho e nas políticas públicas incidem sobre o adoecimento psíquico dos assistentes sociais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a produção bibliográfica sobre a saúde mental desses profissionais, buscando identificar os principais fatores associados ao sofrimento psíquico e suas relações com o contexto sócio-histórico da profissão. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, que integra uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento.

## **2. TRABALHO PROFISSIONAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO**

O Serviço Social brasileiro tem vivenciado um processo de agravamento das condições de saúde mental de seus profissionais, fenômeno associado à intensificação das demandas de trabalho e à precarização das condições laborais (Alcantara, 2025; Oliveira; Costa, 2022). Ainda que não se encontrem estudos e dados específicos sobre o quantitativo de assistentes sociais afastados de suas atividades por adoecimento psíquico, observa-se um cenário crescente de sofrimento mental entre os trabalhadores, inclusive entre aqueles que permanecem em exercício profissional.

O Ministério da Previdência Social produziu um levantamento com dados que indicam que no ano de 2025, foram concedidas mais de 546.254 licenças de trabalho relacionadas a questões de saúde mental, sendo ansiedade (166.489) e depressão (12.608) as principais causas, aumento de 15% em relação ao ano de 2024, em que foram concedidas 472.328 licenças médicas para tratamento de doenças mentais, número que supera em 68% a quantidade de licenças médicas concedidas no ano de 2023 (283.471) (Brasil, 2026). No mês de abril de 2025, as Nações Unidas Brasil, divulgou dados compilados pela Série SmartLab de Trabalho Decente 2025 referentes ao ano de 2024, apresentados em Brasília pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho dados que corroboram a visibilidade da crise de adoecimento mental no país (Smartlab, 2026; ONU, 2026). Os dados apresentados evidenciam que as questões relacionadas à saúde mental afetam diretamente a dignidade da pessoa humana, reforçando a urgência de se discutir e enfrentar os desafios decorrentes do adoecimento psíquico no contexto do trabalho.

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil surgiram na década de 1930, em um contexto marcado pela necessidade de regulação das expressões da questão social por parte do Estado, em um país caracterizado por profundas desigualdades sociais e em processo de industrialização e urbanização (Netto, 1999; Oliveira; Chaves, 2017). Nesse período, os profissionais eram formados para atender aos interesses institucionais, especialmente do Estado, sem que houvesse um questionamento mais aprofundado das estruturas que sustentavam a questão social, reproduzindo, em grande medida, referências do Serviço Social norte-americano sem a devida adequação à realidade brasileira.

À medida que as transformações sociais passaram a impactar o profissional do Serviço Social, tanto em seu campo de atuação, quanto enquanto cidadão, cresceu a luta para romper com a subordinação aos interesses do capital. Os Códigos de Ética promulgados no período de 1947 a 1993, são o reflexo das dissidências internas na categoria. Embora o último Código esteja em vigor há mais de três décadas, a concretização do Projeto Ético-Político profissional é uma meta que não se alcançou em sua completude (Oliveira, 2017).

Em 1993, houve a promulgação de leis que consolidavam vitórias sobre lutas históricas dos assistentes sociais: a Lei nº 8.742- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentando a assistência social como política pública, garantindo mínimos sociais,

rompendo com o caráter caritativo e filantrópico; e a Lei nº 8.662, que regulamenta a profissão, definindo as competências e atribuições e os campos privativos do assistente social.

A exemplo do que ocorre com outras categorias profissionais, os assistentes sociais são diretamente impactados pelas transformações socioeconômicas e políticas em curso nos cenários nacional e internacional. Elementos como assédio moral, precariedade das condições de trabalho, baixa remuneração, pressão por produtividade e redução da qualidade dos serviços, aliados aos cortes de recursos nas políticas públicas, dificultam a efetivação de direitos e ampliam as situações de vulnerabilidade dos usuários. Esses fatores configuram-se como determinantes centrais no processo de adoecimento psíquico da categoria (Alcantara, 2025; Casemiro; Moura, 2026; Oliveira; Costa, 2022).

### **3. ASSISTENTES SOCIAIS E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A relação entre Estado e Serviço Social é atravessada por conflitos e tensões, se no primeiro momento a profissão servia como instrumento de controle social e manutenção da ordem vigente, a partir da exposição da intenção de ruptura com o conservadorismo e a luta por direitos, passou a ser vista como um inimigo a ser combatido, sendo alvo de forte repressão durante a Ditadura Militar (Abramides, 2017; Netto, 1999).

O quadro a seguir exemplifica a relação entre o Serviço Social e o Estado a partir dos anos 1990, as medidas governamentais adotadas em cada governo, impactam diretamente no fazer profissional, exigindo do assistente social uma atuação cada vez mais crítica e comprometida com a defesa do Projeto Ético-Político da profissão e dos direitos do usuário, fatores que, quando ignorados a longo prazo, se somam e podem resultar em fonte de adoecimento e agravamento da crise de saúde mental enfrentada pela categoria. O quadro a seguir foi elaborado com base em revisão bibliográfica acerca dos diferentes governos brasileiros e das principais medidas adotadas no campo das políticas sociais, buscando sistematizar seus impactos no exercício profissional dos assistentes sociais (Abramides, 2017; Netto, 1999; Bronzo; Araújo, 2024).

<b>RELAÇÃO ESTADO X SERVIÇO SOCIAL</b>		
<b>Governos democráticos</b>	<b>Medidas governamentais</b>	<b>Realidade profissional</b>
<b>Fernando Collor de Mello (1990 - 1992)</b>	Redução de gastos públicos; Redução salarial; Exonerações, demissões; Privatizações; Abertura econômica; Recessão econômica.	A política social deixa de ser direito universal e torna-se um custo a ser contido; Aumento da vulnerabilidade social.
<b>Governo Itamar Franco (1992-1995)</b>	Promulgação da LOAS - reconhecimento da assistência social como um direito de todos e dever do Estado; Lei nº 8.662 - regulamentação da profissão de assistente Social; Ações emergenciais contra a miséria.	Redução em mais de 22 bilhões nos gastos públicos; Priorização dos Beneficiários que apresentam menor renda econômica.
<b>Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</b>	Criação de Políticas de inclusão e distribuição de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás; Medidas de combate a desigualdade social: PETI, BPC, PLANFOR; Criação do FUNDEF para valorização do magistério; ENEM- instrumento de avaliação da educação pública; Início do desmonte da Seguridade Social; Avanço do neoliberalismo.	Atuação focada na socialização de informações e viabilização de acesso a benefícios; Demanda crescente e Diminuição de recursos; Estudo aprofundado sobre legislação e maior empenho profissional tornam-se essenciais para defender e viabilizar direitos; Defesa do Projeto Ético-Político.
<b>Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010)</b>	Reestruturação e redirecionamento da política de assistência social; Institucionalização do SUAS; Unificação e fortalecimento dos programas de transferência de renda: Bolsa Família; Criação do ProUni, Reuni e Sisu.	Assistentes Sociais tornam-se os principais agentes dos programas de transferência de renda; Proteção Social excessivamente focada na diminuição da pobreza absoluta; Recursos insuficientes para garantir a qualidade e a universalização de direitos.
	Fortalecimento da assistência social como política pública, com maior financiamento e	Limitação da Proteção Social Básica; SUAS continua seletivo e não

<p><b>Governo Dilma Rousseff (2011 – 2016)</b></p>	<p>descentralização; Expansão do Programa Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Mais médicos; Brasil sai do Mapa da Fome da ONU (2014); Investimento e expansão de programas de transferência de renda (Bolsa Família).</p>	<p>universal. Diante das medidas assistencialistas do Estado, o profissional precisa apresentar uma maior postura crítica e comprometida com a defesa de direitos.</p>
<p><b>Governo Michel Temer (2016 a 2018)</b></p>	<p>Emenda Constitucional 95/2016 (PEC da morte); Redução de gastos; Cortes em Programas Sociais; Flexibilização das leis de trabalho; Limitação dos gastos com saúde e educação por 20 anos.</p>	<p>Arrocho salarial; Cancelamento de progressões; Contratos precários; sobrecarga de trabalho; Aumento de demandas; Exploração profissional; Aumento do trabalho informal.</p>
<p><b>Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022)</b></p>	<p>Substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, Extinção do caráter intersetorial do principal programa de transferência de renda (Bolsa Família); Auxílio Emergencial (pressão política e social); Veto ao Serviço Social e Psicológico nas escolas. MP 905 - Contrato Verde e Amarelo (revogada em abril de 2020); Brasil retorna ao Mapa da Fome.</p>	<p>Desorganização das políticas públicas; Ameaças as políticas públicas e aos direitos dos mais vulneráveis; Intensificação do trabalho; Baixos salários; Contratações precárias; Cadastro Único não reflete a realidade do país. Combate as “fake news” estatais. <i>Novo fôlego</i> da ala conservadora da profissão.</p>
<p><b>Governo Luís Inácio Lula da Silva (2023 – atual)</b></p>	<p>Reorganização das políticas públicas; Reestruturação do Programa Bolsa Família; Aperfeiçoamento do Cadastro Único; Segurança Alimentar torna-se política de Estado; Brasil sai do Mapa da Fome.</p>	<p>Escassez de recursos públicos; Falta de profissionais; Falta de infraestrutura; Precariedade nas condições de trabalho; Falta de autonomia; Combate ao assistencialismo; Altas demandas agravadas pela crise econômica.</p>

Fonte: dados da pesquisa  
Elaborado pelas autoras.

Em síntese, a trajetória histórica da relação entre Estado e Serviço Social no Brasil revela um cenário marcado por constantes tensões e mudanças em que cada governo, ao implementar diferentes políticas e medidas, impactou diretamente as condições de trabalho, a autonomia e o compromisso ético dos assistentes sociais. Essas transformações exigiram da categoria uma postura cada vez mais crítica e engajada na defesa dos direitos dos usuários e do Projeto Ético-Político profissional, ao mesmo tempo em que contribuíram para o agravamento dos fatores que afetam a saúde mental dos profissionais, como a sobrecarga de trabalho, a precarização das condições laborais e a limitação de recursos.

Assim, torna-se evidente que a luta dos assistentes sociais por melhores condições de atuação e por políticas públicas de qualidade é fundamental não apenas para a garantia de direitos sociais, mas também para o enfrentamento da crise de saúde mental que atravessa a profissão. A trajetória histórica do Serviço Social no Brasil demonstra que, diante das constantes mudanças e tensões políticas, os assistentes sociais precisaram mobilizar-se para defender condições dignas de trabalho e a efetivação de políticas públicas. Essa mobilização é essencial para assegurar a proteção dos direitos dos usuários, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da saúde mental dos profissionais, que enfrentam desafios como sobrecarga, precarização e limitação de recursos.

#### **4. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Serviço Social consolidou-se historicamente como uma profissão de resistência, cuja trajetória está intimamente ligada às transformações sociais no Brasil. Ao longo de seu processo de institucionalização, deixou de ser uma atividade voltada ao controle social e a serviço da Igreja Católica, para tornar-se uma profissão de luta por direitos, liberdade e justiça social. Nesse percurso, tornam-se evidentes as constantes tentativas de intervenção estatal no exercício profissional, muitas vezes orientadas à manutenção da lógica de exploração do trabalho, inclusive do próprio assistente social, contribuindo para o agravamento do atual cenário de adoecimento psíquico na categoria.

Os resultados apresentados são preliminares e têm como propósito orientar os próximos passos da pesquisa, que incluirá a aplicação de um questionário junto aos assistentes sociais. O objetivo central foi promover o debate sobre a saúde mental desses profissionais e estimular

futuras investigações sobre o tema, evidenciando a relevância de aprofundar o conhecimento e buscar soluções para os desafios enfrentados na área.

A desconsideração por parte do Estado de que a assistência social é uma política de direitos faz com que as ações tenham caráter de favor ou caridade, desafiando os assistentes sociais a garantir o acesso universal aos serviços em um cenário de crescente demanda, agravados pela crise econômica.

A crise de saúde mental vivenciada pelos profissionais de Serviço Social resulta da precariedade das condições de trabalho, do desafio de atender a demanda crescente diante da escassez de recursos, políticas públicas que não atendem a todos que dela necessitam, ao medo do desemprego em um cenário onde os concursos públicos ofertam um número mínimo de vagas e o vínculo temporário é determinado pelas condições do empregador, fazendo-se urgente o estudo e o debate da questão do adoecimento físico e mental dos assistentes sociais.

O engajamento crítico dos assistentes sociais é, portanto, um elemento central para o fortalecimento do Projeto Ético-Político da profissão. Ao reivindicar melhores condições de atuação e políticas públicas eficazes, esses profissionais contribuem tanto para a garantia de direitos sociais quanto para o enfrentamento dos fatores que afetam sua saúde mental, reafirmando o compromisso com a justiça social e o bem-estar coletivo.

A partir de maio de 2026, entrará em vigor a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que estabelece a obrigatoriedade de inclusão da avaliação de riscos psicossociais nos processos de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho. A medida visa à redução do estresse ocupacional e da síndrome de burnout, podendo, a médio e longo prazo, impactar os índices de afastamento por adoecimento mental. Paralelamente, observa-se uma ampliação das campanhas de conscientização sobre saúde mental, o que pode contribuir para o aumento do reconhecimento e da notificação dos casos. Ainda assim, a tendência de manutenção de índices elevados de adoecimento psíquico em 2026 reforça a necessidade de ações estruturais e de políticas públicas efetivas voltadas à proteção da saúde mental dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Previdência Social concede 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais**. Brasília, DF: Ministério da Previdência Social, 28 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2026/janeiro/previdencia-social-concede-546-2>

54-beneficios-por-incapacidade-temporaria-por-transtornos-mentais-e-comportamentais. Acesso em 09 mar. 2026.

ABRAMIDES, M.B.C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: o III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.128, p. 181-186, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.102>. Acesso em 03 jan. 2026.

ALCANTARA, A.C. **Do que adoecem os/as assistentes sociais? A importância dos dados para a saúde do trabalhador e da trabalhadora**. In: ANAIS DO 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS). Salvador, BA: CFESS, 2025. Disponível em: [https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1286424\\_13\\_08\\_2025\\_22-19-51\\_1248\\_v4.pdf](https://cfess.org.br/cbas2025-assets/pdf/625-1286424_13_08_2025_22-19-51_1248_v4.pdf). Acesso em 02 mar. 2026.

BRONZO, C.; ARAÚJO, E.T. de. Desmonte da Política de Assistência Social no Brasil pós 2016: uma tragédia anunciada. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** 43, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2024.43.278905>. Acesso em 03 jan.2026.

CASEMIRO, P.; MOURA, R. **Brasil tem mais de 546 mil afastamentos por saúde mental em 2025 e bate recorde pela segunda vez em 10 anos. Trabalho e carreira**. 26 de jan.2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2026/01/26/brasil-tem-mais-de-546-mil-afastamentos-por-saude-mental-em-2025-e-bate-recorde-pela-segunda-vez-em-10-anos.ghtml>. Acesso em 28 jan. 2026.

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticipolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>. Acesso em 30 jan. 2026.

OLIVEIRA, J.F.S.de.; COSTA, M.H.L. **A precarização do Trabalho dos Assistentes Sociais ante o Contexto de Crise Sanitária no Brasil: Um recorte da Pandemia de COVID-19**. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00527.pdf>. Acesso em 15 dez. 2025.

OLIVEIRA, E. M.A.P.; CHAVES, H.L.A. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serv. Soc. Soc. (128)**. Jan-Abr 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.098>. Acesso em 15 dez. 2025.

ONU BRASIL. **Brasil: Afastamentos por problemas de saúde mental aumentam 134%**. ONU Brasil, 17 abr. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/292926-brasil-afastamentos-por-problemas-de-sa%C3%BAde-mental-aumentam-134>. Acesso em 9 mar. 2026.

SMARTLAB. **Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho**: perfil saúde mental e afastamentos. Brasília, DF: MPT: OIT, [2026?]. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilSaudeMentalAfastamentos>. Acesso em 09 mar. 2026.